

VIEIRA, A.O., LAFORGA, G. e MADEIROS, L.B. Modelos de extensão rural no Brasil e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. **PUBVET**, Londrina, V. 4, N. 19, Ed. 124, Art. 842, 2010.



**PUBVET, Publicações em Medicina Veterinária e Zootecnia.**

## **Extensão rural no Brasil e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**

---

Andreia de Oliveira Vieira<sup>1</sup>, Gilmar Laforga<sup>2</sup>, Lúcio Bastos Madeiros<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Eng. Agrônoma, Mestranda em Educação Agrícola, UFRRJ.

<sup>2</sup>Prof. Doutor, UNEMAT - Campus Nova Xavantina.

<sup>3</sup>Prof. Doutor, IFMA – Campus Maracanã.

---

### **Resumo**

O modelo de exploração agropecuária praticado causa impactos negativos como a degradação de grandes áreas, erosão genética, contaminação do solo e da água e muitos outros efeitos maléficos ao meio ambiente. Buscando-se minimizar estes processos, foi criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, que orienta uma extensão rural baseada nos princípios epistemológicos da agroecologia. Entre as mudanças, está à exigência de um novo perfil de extensionista, uso de metodologias participativas, minimização de utilização de recursos externos à propriedade, e a produção de vegetais e animais com a mínima degradação dos recursos naturais.

**Palavras-chave:** Agroecologia, PNATER, Metodologias Participativas.

## **Rural extension on Brazil and National Politics of Assistance Technique and Agricultural Extension**

### **Abstract**

The model of agriculture practised to cause negative impacts as the loss of ground, genetic erosion, contamination of the ground and the water between many other effect. Considering this scene and thus searching to minimize these processes, the National Politics of Assistance Technique and Agricultural Extension was created - PNATER, that an established agricultural extension in the epistemological principles of the agroecology guides. Between the changes, it is to the requirement of a new profile of extensionist, use of participatives methodologies, minimization of use of external resources to the property, and the production of vegetables and animals with the minimum degradation of the natural resources.

**keywords:** Agroecologist, PNATER, Participative Methodologies.

### **INTRODUÇÃO**

Desde a implantação da extensão rural no Brasil, a mesma é exercida via transferência de tecnologias, desconsiderando os conhecimentos dos agricultores, as condições locais e os recursos naturais. Para amenizar os impactos causados por este modelo, de raízes difusionistas, foi criado no ano de 2004 a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER. Desde o princípio de seu desenvolvimento contou-se com a participação de técnicos, produtores e lideranças para sua elaboração, denotando assim claramente um espírito participativo, uma de suas principais características (TAVARES e RAMOS, 2006).

A nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural visa orientar os órgãos e empresas responsáveis pela assistência técnica às propriedades familiares a realizar a criação e o manejo de animais que respeite e preserve os recursos naturais, assegure a produção de alimentos para toda

população, respeite as relações estabelecidas e valorize os conhecimentos dos produtores.

Podemos identificar que a principal mudança citada pela PNATER é a necessidade do estabelecimento de uma nova ética sócio-ambiental e para isso estabelece a necessidade de adoção de princípios e bases epistemológicas da Agroecologia. Resulta disso a demanda pela adoção de metodologias participativas, que valorizam o conhecimento do produtor e a produção de alimentos saudáveis minimizando os impactos negativos sobre os recursos naturais.

O presente trabalho visa contribuir para que técnicos extensionistas das agências de extensão rural, produtores rurais e o meio acadêmico façam uma reflexão sobre a importância da adoção das mudanças citadas pela PNATER para a realização de um desenvolvimento rural sustentável no nosso país.

### **Conceito de extensão rural**

Segundo Caporal (2003) tradicionalmente a extensão rural é entendida como uma intervenção realizada por empresas públicas e privadas com a intenção de mudar os hábitos, costumes, modo de produzir e viver de uma determinada comunidade, para que as mesmas produzam mais e assim aumentar renda e nível de qualidade de vida.

E isso se confirma através da definição de extensão rural para Abcar (1996) apud Queda, como;

*"(...) um processo de trabalho cooperativo, baseado nos princípios educacionais, que tem por fim levar diretamente aos adultos e jovens do meio rural ensinamento sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando a modificar seus hábitos, atitudes de família, nos aspectos técnicos, econômico e social, possibilitando - lhes maior produção e melhor produtividade, elevando - lhes a renda e melhorando seu nível de vida.*

Como pode - se observar em literaturas existentes sobre assistência técnica e extensão rural, é que várias instituições e vários autores defendem a idéia de que agentes extensionistas devem fazer mudar os hábitos dos produtores rurais atendidos para que os mesmos passem produzir mais, mas Freire (1992:28), por sua vez, observa:

*(...) se alguém, juntamente com outros, busca realmente conhecer, o que significa sua inserção nesta dialogicidade dos sujeitos em torno do objeto cognoscível, não faz extensão, enquanto que, se faz extensão, não proporciona, na verdade, as condições para o conhecimento, uma vez que sua ação é outra senão a de estender um "conhecimento" elaborado aos que ainda não os tem, matando, deste modo, nestes, a capacidade crítica para tê - lo.*

Então pode - se dizer, que o modo de pensar de Freire (1992) é o que mais se aproxima do objetivo da extensão rural proposta pela PNATER de 2004, pois ao contrário da imposição do uso de pacotes tecnológicos, é recomendado o uso de metodologias participativas onde os produtores percebem as dificuldades que enfrentam e a partir destas, vislumbram soluções para as mesmas sem a imposição de soluções prontas pelas agências de extensão rural.

Paulo Freire (1992) fazendo uma análise gnosiológica da palavra extensão explica que a mesma tem o significado de estender conhecimento o que não é desejado pela PNATER, e sim que o agrônomo atue como educador-educando e já Schmitz (2002) defende que o mesmo seja um conselheiro pois;

*"O aconselhamento é um ato em que o conselheiro tenta motivar ou capacitar os seus parceiros pela ajuda mental de atuar para resolver seus problemas atuais. Os envolvidos conquistam uma visão melhor do complexo do problema, seu contexto suas inter-relações e conhecem as alternativas de solução disponíveis (SCHMITZ, 2002).*

Porque para Schmitz, (2002), o técnico não tem formação para atuar

como educador e quando atua como conselheiro não intervêm no modo de produzir, pois o mesmo só faz visível, as mudanças técnicas e sociais e a compreensão destas e como o produtor tem seu próprio modo de pensar e seu conhecimento o mesmo decide se adota ou não o conselho do técnico.

Para entender melhor a situação atual da extensão rural no nosso país será relatado um breve histórico de como nasceu e foi realizada a extensão rural no Brasil e logo em seguida os impactos causados por esse modelo o que permeou a criação da nova Política Nacional de assistência técnica e Extensão rural que orienta os órgãos de extensão rural do país e os novos paradigmas e desafios.

### **Histórico da extensão rural**

A partir de 1950 iniciou o processo de industrialização da agricultura e cresceu o consumo de bens industriais orientados para a produção agrícola. Era necessária atuação de o Estado assegurar a educação para o homem rural, a fim de que este passasse a aceitar as mudanças que o modelo impunha; assim se implanta a extensão rural no país assumindo a tarefa de educar o homem do campo para tirá-lo do atraso.

Em 1960 a extensão rural conclui que o trabalho com pequenos produtores não dá o resultado esperado e passa a recomendar o trabalho com médios e grandes produtores que estejam aptos a adotar as tecnologias modernas.

No ano de 1965, soma-se a assistência rural, o crédito rural subsidiado. Nas universidades foram incorporadas a disciplinas de extensão rural no currículo das ciências agrárias. Foi criado um modo eficaz de reproduzir profissionais da agropecuária para assumir a tarefa difusionista levada avante pela ABCAR - Associação Brasileira de credito e Assistência rural.

Nesse período o Brasil estava sob regime ditatorial e buscava a modernização da agricultura para frear o comunismo, garantindo a implantação do sistema capitalista, também se tem o incentivo para a

migração para o interior do país buscando a ocupação do território e a expansão de áreas cultivadas visando à tecnificação das propriedades e exportação de produtos agrícolas,

Em 1970, o trabalho da extensão rural restringia-se quase por completo aos procedimentos burocráticos e a assistência técnica ao empreendimento financiado, mesmo com a criação da EMBRATER- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, as mudanças não foram muitas, que ao compreender o processo de exclusão da maioria das famílias rurais propõem o trabalho com grandes e médios produtores na base da tecnologia e para os pequenos agricultores fazer um trabalho complementar de cunho social e assistencialista.

Em 1990 foi extinta a EMBRATER, são retirados os subsídios da agricultura, cresce a concentração da posse de terra.

Enquanto Francisco Caporal (1991) critica a extensão rural realizada no passado, criticando a ABCAR, que para ele apenas teve papel de difusor do modelo de agricultura industrial que contribuiu para o agravamento ambiental e social; Glauco Olinger (1998) elogia-a afirmando ser a época de ouro da assistência rural no Brasil, mas ambos concordam que a extensão rural venha a contribuir no sentido de construir um novo modelo de agricultura, e que é necessário rever sua compreensão quanto ao processo educativo, quanto à comunicação e, com relação à metodologia do trabalho dos extensionistas.

E apesar de desde o início dos anos 80 já existir uma proposta de uma extensão rural, com uma metodologia mais participativa, onde os conhecimentos dos produtores são valorizados e estes são atores sociais que analisam a situação da comunidade e encontrem a solução dos problemas da mesma, sem intervenção do extensionistas. Porém a maioria dos extensionistas das empresas de assistência técnica e extensão rural, apenas difundem seus conhecimentos seguindo o método da transferência de "pacotes soluções".

Atualmente a extensão rural se encontra em situação deplorável seja em nível federal e em nível estadual, a contribuição do governo federal

segundo Glauco Olinger (1998) não chega a 10% e a coordenação sobre a política, à filosofia as regras e normas gerais que era exercida pelo órgão nacional é praticamente nula.

No Brasil, como em outros países do mundo, a extensão rural enfrenta críticas como a que seus modelos de atuação estão esgotados e que não correspondem às necessidades dos agricultores, enfrenta uma crise como a perda de legitimidade e credibilidade, problemas orçamentários, escassa possibilidade de ação operativa, perda de patrimônio, baixa incorporação de novos quadros técnicos, falta de apoio político e está vivendo uma crise dos paradigmas (SCHMITZ, 2002).

Com o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, em 2003 se tornando responsável pela atividade de Assistência Técnica e Extensão Rural, e por delegação da Secretaria da Agricultura Familiar - SAF, um grupo coordenou a elaboração da nova Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural - PNATER, que visa minimizar os impactos causados pelo modelo extensionistas baseados em transferência de conhecimentos do profissional para modernizar e melhorar renda da família.

### **Impactos causados pelo modelo de extensão difusionista**

O modelo convencional de agricultura praticado na grande maioria das propriedades rurais brasileiras, pregados por extensionistas no passado e recomendados por alguns atualmente, é predominante o uso de altas doses de insumos externos á propriedade com altos gastos energéticos, insumos estes usados indiscriminadamente causando contaminação dos solos e águas (EHLERS, 1999: 34).

Recomendando fazer excessivas gradagem e arações, práticas desnecessárias e maléficas, devido às condições climáticas tropicais do nosso país, o que tem causado a compactação dos solos, o empobrecimento dos mesmos devido ao plantio de monoculturas que exaurem os mesmos nutrientes e o mesmo extrato do solo anos após anos, e a perda de

microorganismos benéficos que são responsáveis pela estrutura física e biológica dos solos.

E somando a ausência de cobertura em algumas épocas do ano deixando o solo exposto às condições climáticas como a chuva, o vento e altas temperaturas, que causam erosão, levando solos e nutrientes para rios e nascentes assoreando-os, e isso tem contribuído para o crescente aumento de áreas degradadas no Estado e no país, que são logo abandonadas, pois tornam dependentes de grandes quantidades de insumos para produzir o que tem um grande custo.

Para amenizar os impactos negativos causados no ambiente, na economia e nas relações sociais, por esse modelo extensionista via difusão de conhecimentos, a nova política nacional de assistência técnica e extensão rural elaborada em 2004, cita as mudanças de atitudes que os extensionistas ou os educadores deveram adotar para realizarem junto com a sociedade uma agricultura mais eqüitativa e sustentável.

### **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**

E acreditando que só o Estado poderá oferecer um instrumento verdadeiramente novo e capaz de contribuir, decisivamente, para a construção de um desenvolvimento rural e de uma agricultura que além de sustentável possa assegurar uma produção qualificada de alimentos e melhores condições de vida para a população rural e urbana foi criada a Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2004).

Para acelerar a implantação de um desenvolvimento rural sustentável<sup>1</sup> no Brasil é necessário que as empresas públicas e privadas que realizam pesquisa, assistência técnica e extensão rural no país, sigam as mudanças pregadas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural que as

---

<sup>1</sup> Segundo Caporal e Costabeber (2003) o relatório Brundtland define “desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades”.

orientará e assim será possível, alcançar a sustentabilidade desejada.

Como o desenvolvimento sustentável almejado para a agricultura familiar do nosso país, não pode ser alcançado unicamente por meio da transferência de tecnologias, é pregado uma ruptura com o modelo extensionista baseado no caráter difusionista com base behaviorista e nos tradicionais pacotes da "Revolução Verde", substituindo-os por novos enfoques metodológicos e outro paradigma tecnológico, que sirvam como base para que a extensão rural pública possa alcançar novos objetivos (CAPORAL e RAMOS, 2006).

Por isso a necessidade de adoção e uso de metodologias participativas, onde o agente deve atuar como um facilitador do processo de desenvolvimento rural sustentável tendo um papel educativo, e quem aponta as dificuldades e decide o que fazer para solucionar os problemas existentes é a comunidade envolvida e não o agente.

Essas mudanças sugeridas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER de 2004, como a utilização de metodologias participativas e a valorização dos conhecimentos dos produtores foram orientadas pelas idéias de Paulo Freire dos Livros "Pedagogia da Autonomia" (1996) e "Comunicação ou Extensão" (1992) nos quais defende a não transferência de conhecimento do professor - aluno e a importância de respeitar e reconhecer os conhecimentos derivados de experiências feitas com que chega à escola.

Então pode se afirmar que os agentes extensionistas devem ser como professores, respeitar o conhecimento do produtor, pois os mesmos são resultados de experiências vividas ao longo de muitos anos e passados de gerações para gerações, querer fazer os produtores desconsiderar seus conhecimentos é negar sua existência e as curiosidades que intensificadas, foram rigorizadas e aproximando da exatidão dos achados da mesma.

Para justificar, pode se utilizar o modo de pensar de Paulo Freire (1996), afirma:

“Quanto mais me torno rigoroso na minha prática de conhecer tanto mais, porque crítico, respeito devo guardar pelo saber ingênuo a ser superado pelo saber produzido através do exercício da curiosidade epistemológica”.

Por isso pode - se afirmar que mais importante que respeitar esses conhecimentos, é estimular os produtores a refletirem sobre a razão de ser dos seus saberes.

Não desconsiderar o conhecimento popular é reconhecer que o mesmo tem virtudes e Boaventura de Souza Santos (2004) fala delas em seu livro “Um Discurso sobre as ciências”, para ele o conhecimento científico pós-moderno só se realiza enquanto tal na medida em que se converte em senso comum. Só assim será uma ciência clara.

Visto que vários autores reconhecem a importância do senso comum para a construção do conhecimento científico, e devido a vários impactos causados no meio ambiente e social pelo não reconhecimento dos saberes dos agricultores e outros povos, é sugerida pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural de 2004, a mudança de paradigma, onde visa à transição à Agroecologia, que tem como base os princípios epistemológicos da agroecologia que segundo Caporal e *et al* (2005) :

*“(...) Como Ciência integradora a Agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores (as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores (as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”.*

Além do respeito aos saberes dos produtores é salientado a necessidade de desenvolver junto com a comunidade, ações que devam privilegiar o potencial endógeno, levar à conservação e recuperação dos recursos naturais dos agroecossistemas, à proteção dos ecossistemas e da biodiversidade e que

promovam a igualdade e inclusão social. Construindo assim um sistema produtivo norteado pelos princípios da Agroecologia que adota um enfoque holístico e integrador de estratégias de desenvolvimento, e a adoção de bases tecnológicas que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas. (CAPORAL e COSTABEBER, 2000).

Para estabelecer um novo compromisso dos agentes com seus beneficiários, os agentes se responsabilizaram com os resultados econômicos, sociais e ambientais gerados por suas ações, não omitindo caso aconteça impactos negativos, o que exige um novo perfil de profissional e uma nova forma de avaliação quanto ao desenvolvimento de seu trabalho que atualmente é medido por quantos produtores atendidos e produtividade, este deve passar a ser avaliado por dimensões como melhoria da qualidade dos alimentos produzidos, conservação e recuperação dos recursos naturais, melhoria na qualidade de vida da comunidade com distribuição mais uniforme de renda.

Também será necessária a viabilização de estratégias que levem à geração de novos postos de trabalho no meio rural, a construção e valorização de mercados locais e globalizados, incentivar o reconhecimento da pluralidade, as diferenças regionais, a diversidade socioeconômica e ambiental existente no meio rural e nos diferentes territórios, abrindo espaço para experiências de caráter bastante variado, mas que sejam guiadas pelos princípios e diretrizes enunciadas nesta Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Devido à grande preocupação da população com o futuro do planeta e no momento mais enfatizado com o efeito do aquecimento global divulgado pela mídia constantemente. Sendo a agricultura e pecuária realizada atualmente responsável por grande parte do desmatamento ilegal, grande emissão de  $CO_2$ , advindos da rápida queima de matéria orgânica causada pelo corte da mesma com a aração e gradagem, queima dos combustíveis das máquinas e equipamentos nas operações agrícolas.

Podem ser citadas preocupações quanto ao modelo de agricultura convencional, o estado de assoreamento de rios e nascentes, a contaminação

de águas superficiais e do lençol freático causados por uso de insumos indiscriminadamente, grande número de mortes causado por intoxicação via agrotóxicos, a dependência de multinacionais para aquisição de sementes, fertilizantes e máquinas e depois para comercializar sua produção.

E para reduzir o impacto desses fatores e desacelerar a degradação dos recursos naturais é necessário que as empresas de assistência técnica e extensão rural estejam desenvolvendo seus trabalhos conforme orienta a PNATER.

Poucas são as Universidades que tem a disciplina Agroecologia na grade curricular e a efetiva participação de acadêmicos em assentamentos e comunidades, sendo uma das dificuldades para a implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, pois saem das Academias, despreparados para o trabalharem como extensionistas, para isso a necessidade de capacitação dos mesmos.

E estes devem ser capacitados e orientados para uma nova postura no campo, onde passarão a exercer papéis de facilitadores e animadores dos processos e não apenas simples transferidor de conhecimentos, tendo como orientação em suas ações as bases epistemológicas a Agroecologia para que possam atuar junto a produtores familiares e para isso, é também necessário conhecer a suas origens e as dificuldades desta parcela de produtores que foram excluídos do processo de desenvolvimento rural por muito tempo.

### **Definição de camponês e como surgiu o camponês brasileiro**

Segundo Wanderley (1996) a agricultura camponesa tradicional é uma das formas sociais da agricultura familiar, pois a mesma se funda na relação em que a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho de produzir a mesma e tem particularidades como à relativa autonomia em relação à sociedade globalizada, a estrutura dos grupos domésticos, sistema econômico que lhe confere autonomia e é uma sociedade de interconhecimentos.

Mário Maestri (2001) compreende como unidade produtiva camponesa:

*"(...) o núcleo dedicado a uma produção agrícola e artesanal autônoma que, apoiado quase que exclusivamente na divisão e na força de trabalho familiar, voltada à satisfação das necessidades de subsistência e a comercialização de parte da produção é para complementar a renda da família".*

Então o camponês é a pessoa que possui uma pequena propriedade, onde trabalha e vive com sua família e a produção na maior parte é para subsistência e o que sobra é comercializada para aquisição de outros produtos necessários para a família e que se define pelas particularidades acima citadas e não pela pequena área que possui, será relatado um breve histórico do campesinato no Brasil, apenas para melhor compreensão do trabalho.

Na colonização do Brasil por Portugal, por este ter sua população pequena e esta não estar disposta a fazer o trabalho braçal na terra conquistada, começa a escravizar os índios, mas estes logo são descartados, devido à indocilidade dos mesmos e intervenção dos jesuítas.

Então os índios são logo excluídos da história, de suas terras, dos rios, do seu território, e estes são decretados posses Portuguesas e para que os capitalistas pudessem usufruir da terra, foi implementado o sistema de concessão de uso; as capitânicas hereditárias que eram extensões gigantescas de terra.

Em seguida, são excluídos os negros, que trazidos para substituir os índios no trabalho braçal nas grandes lavouras de monoculturas de algodão, cana-de-açúcar ou cacau, para exportação, que também são excluídos da história do Brasil no dia 13 de maio de 1888, quando deixaram de existir como escravos, mas não chegaram a existir como cidadãos.

Daí para substituir os escravos negros, foi realizado um programa de atração de camponeses pobres da Europa em 1875 e 1914. E estes submetidos a árduos trabalhos em lavouras de café e obrigados a comprar alimentos e outros suprimentos em armazéns dos fazendeiros pagando preços

exorbitantes, e para agravar mais a situação dos imigrantes, é criada a Lei da Terra (1850) imposta pelo governo imperial que legitimava a posse dos latifúndios para uma reduzida camada de proprietários de terras, reforçando a expulsão de camponeses.

Em 1930, iniciam as primeiras lutas organizadas dos camponeses, sendo estes trabalhadores rurais formados por gerações de miscigenados, mamelucos e mulatos excluídos pela lei de 1850 e haviam entrado sertão adentro em busca de terra.

No governo de Getúlio Vargas novamente foi ignorada a necessidade de se realizar uma distribuição de terra mais justa, o capitalismo brasileiro era voltado ao mercado externo e não ao mercado consumidor interno e para isso precisava de um grande número de trabalhadores para poder competir com a Europa, e a única maneira de ter alta taxa de lucro era pagar baixos salários. E para que pessoas se sujeitem a baixos salários é preciso ter grande quantidade de trabalhadores a procura de emprego.

E dessa forma se fez o modelo de industrialização, para a burguesia brasileira de 1930 a 1980, e a economia teve um processo de crescimento econômico fantástico passando a ser a oitava economia do mundo.

Após a década de 80, ocorreu a capitalização e tecnificação da agricultura Brasileira, favorecendo unicamente as grandes propriedades, reduzindo ainda mais a mão-de-obra e reduzindo o número de pequenas propriedades e aumentando a pobreza dos pequenos produtores,

Com a promessa de realizar a reforma agrária, o governo Lula determinou o 2º PNRA, estabelecendo metas de assentamento de sem-terra e mantendo a legislação pró-latifundiária dos governos anteriores, mas até agora não foi percebido grandes mudanças e os assentamentos existentes sofrem com a falta de infra-estrutura adequada, o acesso ao crédito é difícil e a assistência técnica é deficiente, o que leva muitas famílias a abandonarem a terra para buscar melhor qualidade de vida nas cidades.

Mas para minimizar essas desigualdades e melhorar a qualidade de vida das famílias que estão em assentamentos rurais é necessário oferecer

uma assistência técnica de qualidade e regular com profissionais que atuem como educadores - educandos comprometidos com os resultados de suas ações utilizando metodologias participativas e bases da ciência agroecologia.

### **Ação extensionista orientada pela agroecologia**

Como observamos que existem grandes problemas no meio rural, como o grande número de desistência nos assentamentos rurais, também observado por NUNES (2004) no assentamento Guapirama, no Município de Campo Novo do Parecis, pois as famílias têm pouco recurso e o modelo de a agropecuária que é imposto exige a necessidade de grande aporte de insumos externos às propriedades, o que inviabiliza a produção.

Por essas e outras dificuldades muitas famílias deixam o campo e vão para a cidade, aumentando o número de desemprego e violência urbana. Visando mudar esse cenário, fazendo possível a manutenção de pequenos produtores continuarem no campo e produzirem sem degradar os recursos naturais, o único caminho a ser percorrido é busca de se fazer uma agricultura que visa à sustentabilidade no meio rural, e a agroecologia surge como alternativa.

Pois a mesma considera o sistema como um todo, não como uma simples substituição de insumos, mas busca a harmonia nas relações existentes neste sistema, tanto ecológicas, econômicas, sociais e agronômicas e culturais. Por isso a importância de se nortear as ações extensionista no âmbito da agroecologia, como justifica Caporal (2006) apud (SEVILLA-GUZMÁN, E);

*"... a Agroecologia se constitui como uma disciplina científica orientada ao estudo da agricultura desde uma perspectiva ecológica, que pretende que o manejo ecológico dos recursos naturais corresponda a um enfoque holístico, de modo que, mediante a aplicação de uma estratégia sistêmica, se possa reconduzir o curso alterado da co-evolução social e*

*ecológica mediante um controle das forças produtivas, que ataque seletivamente as forças degradantes -de produção e de consumo-causadoras da atual crise ecológica."*

Como pode se observar, não é possível alcançar a sustentabilidade desejada praticando o tipo de extensão rural que se faz atualmente que visa à difusão de tecnologias que estão mais que comprovados que não mudam a situação de pobreza que assola o campo, que só tem contribuído para degradar o meio ambiente, faz o agricultor dependente de grandes empresas que vendem sementes, fertilizantes, e agrotóxico e as mesmas compram o seu produto pagando o que bem querem e ao produtor restam apenas dívidas, solos exauridos e ambientes contaminados.

Já a Agroecologia busca diversidade do agroecossistema sendo este a unidade fundamental, no qual se deve pautar todo e qualquer projeto da ação extensionista, buscando o desenvolvimento sustentável, e para isso entende -se que é necessário considerar o conhecimento dos agricultores, a biodiversidade ecológica, social, e cultural, as dificuldades enfrentadas pela comunidade, os recursos locais, e o que a comunidade almeja para seu futuro, não negando a contribuição das ciências agrárias, mas estas, intervindo de maneira que considera não só o cultivo, mas o ambiente, as pessoas, os animais que de uma forma ou outra estão relacionados.

Então as ações extensionistas devem, partir da realidade local, dos recursos disponíveis, da diversidade cultural, das tradições, incentivando as iniciativas de criação de tecnologias adequadas à realidade dessa comunidade, agroextrativismo, e outras práticas conservacionistas, apoiando a criação de associações e cooperativas.

As ações extensionistas devem buscar a melhoria de qualidade de vida da população da comunidade, não apenas produtividades, mas garantir uma maior equidade social e sustentabilidade ambiental aos sistemas agrícolas, fazendo possível a permanência destes no campo.

Para que a extensão rural consiga alcançar os objetivos citados, se faz

necessário uma mudança urgente de suas práticas, uma nova orientação, um novo paradigma que reconheça que os agroecossistemas se constroem de diferentes formas, e por isso a necessidade se manejar diferentemente, não sendo possível a simples transferência de tecnologias, que não correspondem às condições edafoclimáticas e culturais da região.

Caporal (2007) cita que a extensão rural terá o importante papel de fazer visível o estado do meio ambiente, destacando os problemas da realização das práticas agrícolas convencionais, o que ajudará na construção de práticas alternativas, onde será necessário que a extensão trabalhe de forma conjunta com os agricultores fazendo uso dos conhecimentos disponíveis entre eles e também ajuda-los nos processos de aprendizagem.

Pode se observar que a diferentemente do papel que exercia o de simplesmente transmitir as informações aos agricultores, a nova extensão exige - se que os extensionistas aprendam com os agricultores e juntos construam um novo saber e modo de se relacionar, afetando positivamente no modo de produzir alimentos sem, no entanto degradar os recursos naturais.

### **A extensão rural agroecológica**

“Extensão Rural Agroecológica” é definida por Caporal (2003) como;

*“Um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente eqüitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo.”*

Como pode se observar a extensão rural não tem o simples papel de visitar o produtor, conhecer o problema que está ocorrendo e lhe recomendar o uso de certo produto ou certa técnica. O agente deve não tratar os problemas dos produtores isoladamente, este deve ter sensibilidade e fazer que juntos os produtores consigam reconhecer as dificuldades que estão tendo e através destas visualizem possíveis soluções e que todos os produtores e seus familiares sejam favorecidos.

O conhecimento da sua realidade, suas dificuldades e potenciais da região a que está inserido auxiliam o produtor na busca de uma melhor qualidade de vida, na melhor preservação de sua cultura que aumenta sua alta estima, e o faz consciente da necessidade de preservar o ambiente em que vive, pois muito mais importante que produzir o máximo é conseguir produzir neste solo por muito tempo através de manejos agroecológicos, que faz possível alcançar a sustentabilidade desejada.

Mas para alcançar esses objetivos citados acima os agentes devem buscar conhecer a realidade das famílias atendidas e do agroecossistema, pois o conhecimento das especificidades locais possibilita o surgimento de soluções mais eficientes e eficazes.

E a adoção de uma metodologia que integra os conhecimento dos produtores e o conhecimento científico, faz possível a aplicação de técnicas e práticas respeitando as especificidades socioculturais e produtivas do local, buscando desenvolver as potencialidades e promover sempre a melhoria de qualidade de vida das pessoas inseridas e dos recursos naturais.

Os produtores quando sentem que seus conhecimentos são de grande importância para a busca de soluções para a comunidade em que vivem, aumenta sua auto-estima, sentem satisfação em participar e se envolverem no processo, o que garantirá que fiquem conscientes do porque estão passando por dificuldades e como superá-las.

## **Métodos de extensão rural**

Segundo Olinger (2001), o método de extensão tem como característica básica ser um processo de comunicação educacional, que contribui para a mudança de hábitos, atitudes, e habilidades no público atendido.

São métodos de extensão mais usados, segundo Olinger (2001), a visita programada, reunião programada, demonstração de método, demonstração de resultado, unidade demonstrativa, propriedade demonstrativa, unidade de observação, dia de campo, capacitação e visita, multiplicador, treinamento ou curso para profissionalização, exposição educativa, excursões educativas, grupos de gestão ou gestão agrícola, campanha educativa, concurso de produtividade, casa familiar rural, método zoot.

Como podemos observar, os métodos de extensão citados na sua maioria sugerem que o extensionista tem o objetivo de convencer o produtor a mudar o jeito de produzir para produzir mais e melhor, através de unidades produtivas e outros incentivos desconsiderando seus conhecimentos, suas tradições, sua cultura, seu modo de vida e as condições locais.

Por isso é sugerido pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER de 2004, a adoção de metodologias participativas onde a comunidade através de ferramentas como diagnósticos, monitoramento, avaliação e reprogramação de ações identificam os problemas que estão enfrentando e a partir destes constroem e executam estratégias para solucioná-los.

## **Metodologias participativas**

Metodologias participativas segundo a EMATERCE (2006: 31), parte do fundamento de que o conhecimento é uma produção social em constante processo de elaboração e é essencial o fortalecimento do processo de mediação entre agricultores e extensionistas, utilizando técnicas que estimule

a reflexão dos grupos sociais sobre sua relação com o ambiente e esta leitura estimule uma nova compreensão sobre o mundo e reconhecer sua ação sobre este.

Para construir uma agricultura sustentável é necessária à participação da comunidade atendida, e segundo Caporal (2007), existem vários tipos de participações, como a participação manipulada, onde a participação é um engano que ocorre com a presença de representantes das pessoas interessadas, sem que tenham sido eleitas para representá-las e estes não têm poder nenhum.

A participação passiva, as pessoas são informadas pela administração ou gerente do projeto sobre o que foi decidido sem consultá-los, a sua participação se resume a escutá-los. E na participação por consulta, a participação das pessoas se dá através de consultas que são realizadas a elas ou pelas respostas que dão a determinadas perguntas as quais os agentes vão controlando as informações que lhe são passados.

A participação por incentivos materiais, a pessoa que participa, tem em troca da sua participação recursos materiais ou outros e já na participação funcional, a participação se dá apenas para alcançar os objetivos de um projeto, e na participação interativa, existe a participação das pessoas é de forma conjunta no desenvolvimento de planos e ações para a formação ou fortalecimento de instituições locais, a participação é tida como um direito e não para atingir objetivos de um projeto.

A participação mediante acompanhamento é o tipo de participação que visa à participação das pessoas de forma conjunta, e que organizações externas que depois que os participantes decidem quais são as carências dessa comunidade, esta organização complementam suas carências mediante processos de aprendizagem coletiva.

Na auto mobilização, as pessoas envolvidas se mobilizam adotando iniciativas para o sistema e buscam recursos e assessorias para concretizar suas iniciativas, mas mesmo assim mantém o controle dos recursos a serem utilizados.

Mas segundo Caporal (2007), as participações manipulada, passiva, por consulta, participação por incentivos materiais e funcional, são tipos de participações que são muito praticadas atualmente, mas não são desejáveis e nem devem ser aceitas nos processos agroecológicos.

Somente as participações interativas, mediante acompanhamento e a auto- mobilização deve ser adotada pela extensão rural Agroecológica, pois estas têm a participação como um direito para que realmente ocorra uma construção social que contemple um desenvolvimento rural sustentável.

É importante que extensionistas sejam bem treinados para trabalhar com grupos e aprender com estes sobre a comunidade, a cultura e as atividades rotineiras e junto com estes perceber os possíveis caminhos a serem percorridos, desenvolver tecnologias adequadas a realidade da comunidade e criar ligações que facilite o desenvolvimento local a partir dos conhecimentos de todos envolvidos.

São técnicas de metodologias participativas o DRP - Diagnóstico Rápido Participativo, que a comunidade, extensionista e pesquisadores trabalham em conjunto, e os agricultores decidem quais suas maiores dificuldades e junto com os extensionistas que apenas os ajudam sem impor soluções, buscam alternativas para resolver os problemas existentes.

Segundo Caporal (2007) também pode - se utilizar o DRR - Diagnóstico Rural Rápido, mas entende que este tende a ser utilizado somente para conseguir informações das famílias rurais e estas se frustram, porque muitas vezes não visualizam resultados, pois estes costumeiramente são abandonados, porque esta é técnica que geralmente são utilizadas por pesquisadores e extensionistas de projetos financiados por organizações que realizam trabalhos temporários nas comunidades e estes não tem compromisso com as mesmas.

Ainda segundo Caporal (2007), Aprendizagem e Ação Participativa expressão utilizada devido às novas adaptações e evoluções dos DRP- Diagnóstico Rápido Participativo e DRR- Diagnóstico Rural Rápido, que passam a ter uma maior participação das pessoas envolvidas, ou seja, estes estão em

primeiro lugar que no caso da extensão rural o agricultor e que este enfoque metodológico é eficiente para superar as técnicas convencionais de extensionismo e assim contribuir para o desenvolvimento de um ambiente, uma economia, e uma sociedade mais sustentável.

A adoção de metodologias participativas na extensão rural vem da pressão de agências internacionais de apoio a projetos, das necessidades de ter maior eficiência, menor gasto, e da percepção de resultados positivos alcançados em outros setores, mas principalmente devido aos impactos negativos causados aos recursos naturais, na cultura, na economia e nas relações sociais das comunidades rurais.

Então percebe - se que para alcançar os objetivos propostos pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, os extensionistas e agências de extensão rural devem buscar capacitação para realizar abordagens participativas nas comunidades atendidas para alcançar um desenvolvimento local mais sustentável.

## **CONCLUSÕES**

O modelo de extensão rural difusionista objetiva convencer o produtor a mudar o jeito de produzir, desconsiderando seus conhecimentos, suas tradições, sua cultura, seu modo de vida e as condições locais e por isso não é eficiente para alcançar o desenvolvimento sustentável.

É urgente a necessidade a necessidade de adoção de princípios e bases epistemológicas da Agroecologia, de metodologias participativas que valorizam o conhecimento do produtor, estimula a produção de alimentos saudáveis minimizando os impactos negativos sobre os recursos naturais conforme orienta a PNATER.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

VIEIRA, A.O., LAFORGA, G. e MADEIROS, L.B. Modelos de extensão rural no Brasil e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. **PUBVET**, Londrina, V. 4, N. 19, Ed. 124, Art. 842, 2010.

CAPORAL, F. R. **A Extensão Rural e os Limites à Prática dos Extensionistas do Serviço Público**. (dissertação de mestrado). Santa Maria/RS: CPGER/UFSM, 1991. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0811809733.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2007.

CAPORAL, F. R. **As bases para a Extensão Rural do futuro: caminhos possíveis no Rio Grande do Sul**. In: Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007. 166 p.

CAPORAL, F. R. **Bases para uma nova ATER pública**. Santa Maria (RS), 2003. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/Bases%20para%20uma%20nova%20ATER%20publica.pdf>>. Acesso em: 20 de Nov. de 2007.

CAPORAL, F. R. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem superados**. In: RAMOS, L.; TAVARES, J. (Org.). *Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico*. Manaus: Ed. Bagaço, 2006. p. 9-34.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. RS, v.1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. "Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável". In: Vela, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 3., Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CBA, 2005. Disponível em: <<http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia%20%20Novo%20Paradigma%2020052006-Itima%20Verso1.pdf>>. Acesso em 08 mai. de 2007.

CAPORAL, F. R; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: Enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/index.php?sccid=98>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

EHLERS. E. Agricultura sustentável: Origens e perspectivas de um novo paradigma. 2º Ed. Guaíba – São Paulo: Agropecuária,1999.150 p.

EMATERCE. **Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável**. Dicionário da Extensão Rural. Vol.1, EMATERCE: 2006. Disponível em: <[http://www.cultiva.org.br/texto\\_publico/dicionario\\_ematerce.pdf](http://www.cultiva.org.br/texto_publico/dicionario_ematerce.pdf)>. Acesso em: 14 de mar.2007.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 30. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MAESTRI, M. **A aldeia ausente**. Conferência ministrada no II Colóquio Marx-Engels do Centro de Estudos Marxistas do IFCH da UNICAMP, Campinas (Brasil). 2001. Disponível em: Disponível em: [http://www.lainsignia.org/2001/noviembre/dial\\_008.htm](http://www.lainsignia.org/2001/noviembre/dial_008.htm)>. Acesso em 15 de junho de 2007.

VIEIRA, A.O., LAFORGA, G. e MADEIROS, L.B. Modelos de extensão rural no Brasil e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. **PUBVET**, Londrina, V. 4, N. 19, Ed. 124, Art. 842, 2010.

NUNES, E. **Perfil, dificuldades, condução pelo INCRA e reflexo na qualidade de vida do Assentamento Guapirama, no município de Campo novo do Parecis-MT**. Tese (Bacharel em Administração). Curso de Administração. Núcleo Pedagógico de Campo novo do Parecis-MT: Universidade Estadual de Mato Grosso, 2004, 57 p.

OLINGER, G. **Extensão rural: verdades e novidades**. Florianópolis: EPAGRI, 1998.

QUEDA, O. **Extensão Rural: Para que e para quem?** Congresso da Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores da Extensão Rural do Brasil, 3. **anais**. Fortaleza: ASSER, 1991.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHMITZ, H. **Educação ou aconselhamento: questão-chave da assistência técnica para a agricultura familiar**. Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, 6, Porto Alegre: Asociación Latinoamericana de Sociología Rural (ALASRU), 2002.

TAVARES, J.R.; RAMOS, L.F. **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: IDAM, 2006, 128p.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático DRP**. Brasília: MDA/SAF, 2006, 62p.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS. Gt 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG; Outubro 1996